



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**Comissão de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição
Biênio 2024/2026**

Ata de reunião n. 3/2025

1. Informações da reunião

Data: 15/09/2025 **Hora:** 16h **Tipo:** ordinária

Formato: presencial **Plataforma:** Google Meet

2. Participantes

Integrantes (membros e suplentes)	
Magistrada, indicada pelo Tribunal	Exma. Desembargadora Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira
Magistrada, indicada pelo Tribunal - membro suplente	Exma. Desembargadora Marina Junqueira Netto de Azevedo Barros
Magistrado de 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) magistrados(as) do 1º grau	Exmo. Juiz Ivan Alberto Longo Palma
Magistrado de 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) magistrados(as) do 1º grau	Exmo. Juiz Daniel Rocha Mendes
Servidora indicada pelo Tribunal - membro suplente	Ana Paula Cury Hadad
Servidora, escolhida pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos(as) os(as) interessados(as)	Fernanda André Delício
Servidor, escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos(as) os(as) interessados(as) - membro suplente	Oswaldo José Costa da Silva Leme
Servidor lotado no 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) servidores(as)	Anderson Teixeira Veiga
Servidora lotada no 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) servidores(as)	Ana Cristina de Azevedo
Servidor lotado no 1º grau, eleito por votação direta pelos(as) servidores(as) - membro suplente	Paulo Jorge Peralta
Participantes	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Um(a) magistrado(a) indicado(a) pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região-AMATRA-2	Exma. Juíza Rebeca Sabioni Stopatto
Magistrado indicado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região - AMATRA-2 - membro suplente	Exmo. Juiz André Eduardo Dorster Araújo
Um servidor do TRT-2, indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD	Ismael da Silva de Souza

Ausências justificadas		
Atribuição	Nome	Motivo
Magistrado, escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos(as) os(as) interessados(as)	Exmo. Juiz Luis Fernando Feóla	Outros compromissos institucionais

3. Pauta	
Item	Assunto
I	Demandas enviadas por diretores de vara à Corregedoria Regional - encontram-se no anexo, item 8, ao final desta ata

4. Breve relato
A reunião foi conduzida pela Desembargadora Leila Chevtchuk. Foi esclarecido que a secretária de Corregedoria, Vanessa, fez o compilado das propostas juntamente com a Fernanda, secretária-geral da presidência. As demandas foram provenientes, em grande maioria, de diretores de varas de Guarulhos. Na sequência, iniciou-se o debate com os assuntos da pauta. 1. Sistemas Itens 1 a 7 da pauta - enviar e-mails aos setores competentes, com as seguintes demandas: 1. Argos: Aprimoramentos (exclusão de peritos e advogados) e ampliação de convênios 2. Sisbajud: Melhorias nos bloqueios e automatização de transferências. 3. PJe: Diversas melhorias (prazos, cancelamentos, funcionalidades, visualização, intimação, etc.). 6. Alvarás: Melhorias na emissão, liberação de robôs e automatização. 7. E-garimpo: Incentivo ao uso da ferramenta. As demandas contidas nos itens 4 (Infoseg) e 5 (Proad) deverão retornar à Corregedoria para que sejam solicitados mais detalhamentos, com objetivo de entender melhor o pedido.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Foi decidido que, em relação às demandas sobre sistemas, seriam enviados e-mails aos setores responsáveis para solicitar as providências.

2. Estrutura e Condições de Trabalho

SILAP

1- Solicitar à SILAP que seja feita uma inspeção no Fórum de Guarulhos e, se pertinente, nos demais fóruns, para verificar as deficiências estruturais (elevadores, mobiliário, posto médico, persianas, separação de lixo, etc.).

2- Foi aprovada a criação de um Proad para a instalação de máquinas de snacks e bebidas, com possibilidade de expansão. Começaria como projeto piloto, a ser iniciado pelo Fórum Ruy Barbosa e Ed. Sede com possibilidade de ampliação para outros fóruns.

3- Quanto à questão da instalação de vidros em balcões, por se tratar de especificidade do Fórum de Guarulhos, deverá ser solicitada à SILAP análise da situação.

SETIC

1- Deverá ser enviado e-mail à Setic para que preste informações. O Oswaldo (diretor da Setic) esclareceu que as equipes são dimensionadas de acordo com a volumetria dos chamados.

SGP

1- Enviar e-mail à SGP com as seguintes demandas:

- Considerar o índice de absenteísmo e jornada especial na métrica do IGEST;
- Readequação da força de trabalho com base no acervo processual;
- Problemas com a demora na liberação de acessos.

Foi debatida a questão de que, se possível, deveria haver cobrança voltada àqueles que elaboram as métricas nacionais do IGEST, no sentido de haver um levantamento mais efetivo, com uma contagem de força de trabalho diferenciada (considerando-se índice de absenteísmo e jornada especial).

Em relação à proposta para inclusão da participação dos diretores de varas na Semana Institucional como critério de Adicional de Qualificação - desenvolvimento gerencial. Ficou decidido que será enviado e-mail à SGP para verificar se o pedido já foi atendido. Solicitar que essa demanda seja doravante institucionalizada.

Quanto ao pedido para equiparação com servidores do Ministério Público (replicação do modelo da Resolução CNMP nº 256/2023), poderá ser solicitado parecer opinativo à Assessoria Jurídico-Administrativa do Tribunal acerca da possibilidade de reconhecimento. Caso seja favorável poderá ser encaminhado estudo ao CSJT para apreciação do pedido.

Corregedoria / Comissão de Inteligência

A comissão decidiu NÃO APROVAR

- ✓ a criação de pastas temáticas na intranet com informações sobre advogados com conduta predatória, com a justificativa de que isso pode gerar danos morais e há outros mecanismos já existentes;
- ✓ a exclusão dos processos extintos do PAI (Painel de Análise da Primeira Instância).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Houve amplo debate sobre a questão da “lista suja” e a comissão deliberou pela possibilidade de divulgação de uma relação, desde que, com a exclusão dos nomes de advogados com conduta predatória. Poderão ser mantidos os nomes de empresas em recuperação judicial, falência, etc.

Encaminhar e-mail à Corregedoria com solicitação de análise da viabilidade de implementação de regra/orientação que impeça bloqueios insignificantes (ex.: valores inferiores a R\$ 50,00), via Oficial de Justiça do GAEPP.

5. Deliberações

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:

Descrição	Responsável pelo cumprimento
Criação de Proad para a instalação de máquinas de snacks e bebidas	Fernanda
Elaboração dos e-mails a serem encaminhados às áreas	DGA - unidade de apoio executivo
Entrar em contato com a irmã do Sr. Paulo Valente a fim de auxiliar na aprovação de novos cargos - Projeto de Lei nº 8307/2014 (criação de 611 cargos e 1216 funções comissionadas)	Dr Daniel
Compilação de requerimentos do grupo de oficiais de justiça sobre a inclusão de informações nos mandados e encaminhar via WhatsApp para a comissão	Ana Cristina

6. Próxima reunião ordinária

Dia 01/12/2025 em horário a ser definido.

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.

8. Anexo - pauta da reunião

Principais demandas reunião Priorização 1ª instância no tocante aos sistemas:

- 1) Argos: Solicitação de aprimoramento permitindo que este exclua peritos e advogados das pesquisas patrimoniais, evitando bloqueios indevidos; Necessidade de ampliação dos convênios disponíveis no sistema Argos, incluindo SERPJUD, CENSEC, CRCJUD e CCS.
- 2) Sisbajud: Críticas à duplicidade de bloqueios no SISBAJUD e proposta de disparo escalonado das ordens de bloqueio, além da automatização da transferência de valores bloqueados.
- 3) PJE: Sugestões para o sistema PJe, como extensão de prazo para manifestação sobre laudos periciais em processos com entes públicos (de 10 para 20 dias); Possibilidade de cancelamento de sentença de extinção



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

da execução, quando reformada em grau recursal, a fim de compatibilizar os dados entre o PJe e o e-Gestão; Aprimoramento do PJecalcul com a exclusão de funcionalidades alheias à Justiça do Trabalho; Inserção de resultado da sentença na visualização principal do processo; Melhoria no fluxo de intimação de entes públicos via domicílio judicial eletrônico; Criação de funcionalidade para alteração do nome do magistrado sem necessidade de cancelamento da minuta; Expansão dos poderes dos estagiários no PJe (ex.: juntada de documentos, acesso a retornos de sistemas de busca patrimonial, como o Argos); Facilidade para exclusão em lote dos marcadores 'CHIP' (etiquetas processuais); Contador de páginas posicionado no início e fim dos documentos para facilitar navegação.

4) INFOSEG: Melhorias no sistema INFOSEG, devido a inconsistências e desatualizações nas informações retornadas.

5) Proad: Incorporação de variáveis automáticas aos formulários do PROAD, reduzindo retrabalho dos servidores.

6) Alvarás: Melhorias no sistema de alvarás: possibilidade de emissão múltipla por conta, dedução automática de valores pagos anteriormente e liberação automática semelhante ao SIF; Solicitação de liberação dos robôs GAEL, GALILEU e de alvarás automatizados; Restrição à expedição de alvarás apenas para contas previamente cadastradas no SIGEO-AJJT (peritos) e cadastro de contas de advogados.

7) E-garimpo: Sugestão de publicização e incentivo ao uso da ferramenta e-Garimpo, que tem demonstrado eficiência na liberação de valores.

Principais demandas reunião Priorização 1ª instância no tocante à estrutura e condições de trabalho:

SILAP:

1. Deficiências estruturais em fóruns: elevadores inoperantes (Guarulhos), mobiliário obsoleto (Guarulhos), ausência de posto médico (Zona Leste e Guarulhos), necessidade de persianas adequadas, separação incorreta do lixo, entre outros.

2. Sugestão de instalação de máquinas de snacks e bebidas, bem como quiosques de café nas áreas de convivência.

3. Proposta de readequação dos espaços físicos (ex.: instalação de vidros em balcões para minimizar ruído das salas de espera).

SETIC:

1. Reclamações quanto à insuficiência do apoio de informática nos fóruns (ex.: Guarulhos conta com apenas um servidor para 13 Varas).

SGP:

1. Proposta de considerar o índice de absenteísmo na métrica de força de trabalho do IGEST.

2. Sugestão de readequação da força de trabalho das Varas com base não apenas na distribuição, mas também no acervo processual.

3. Problemas com demora na liberação de acessos para novos estagiários ou servidores designados para outras Varas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

4. Proposição para inclusão da participação de diretores na Semana Institucional como critério de AQ (desenvolvimento gerencial).
5. Sugestão de replicação do modelo da Resolução CNMP nº 256/2023, adotada pelo TST, para o TRT-2, a fim de valorizar ocupantes de cargos comissionados.

Corregedoria / Comissão de Inteligência:

1. Criação de pastas temáticas na intranet com informações úteis (advogados com conduta predatória, empresas em recuperação judicial/falência, REEFs em andamento, valores atualizados de RPV/Precatórios).
2. Excluir da listagem do PAI os processos já extintos, mas ainda pendentes de arquivamento definitivo.
3. Implementação de regra que impeça bloqueios insignificantes (ex.: valores inferiores a R\$ 50,00), via OJ do GAEPP.